Finalmente, o Governo publica as categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excecional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos.

CONTACTOS

MARCO CLAUDINO

MCLAUDINO@MACEDOVITORINO.COM

MANUEL TOLEDO

MTOLEDO@MACEDOVITORINO.COM

A REVISÃO DE PREÇOS NOS CONTRATOS PÚBLICOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

O [Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio](#) (“**Decreto-Lei**”) estabeleceu um regime excecional às empreitadas públicas e aos contratos de aquisição de bens, remetendo a aplicação aos contratos de aquisição de serviços a publicação de portaria (i).

A [Portaria n.º 74-A/2023](#) publicada ontem, 7 de março, (“**Portaria**”) estabelece as categorias de contratos públicos de prestação de serviços aos quais se aplica o regime excecional aprovado pelo Decreto-Lei há quase um ano.

São as seguintes:

- (a) Coordenação da segurança e saúde no âmbito de empreitadas;
- (b) Exploração de refeitório;
- (c) Fiscalização de empreitadas;
- (d) Fornecimento de energia;
- (e) Fornecimento de refeições;
- (f) Gestão de resíduos, lamas e outros subprodutos;
- (g) Recolha de águas residuais;
- (h) Recolha e tratamento de resíduos urbanos e resíduos perigosos;
- (i) Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente;
- (j) Transporte de água por autotanque;
- (k) Transporte de pessoas e bens;

Embora na sua redação original o Decreto-Lei ei previsse a vigência até 31 de dezembro de 2022, o prazo foi prorrogado até 30 de junho de 2023, através do [Decreto-Lei n.º 67/2022, de 04 de outubro](#).

(i) Para mais informações consulte a nossa publicação relativa à [Revisão Excecional de Preços nos Contratos Públicos](#)

Esta informação é de carácter genérico, não devendo ser considerada como aconselhamento profissional.

© MACEDO VITORINO